

Direito à alimentação, SUS e soberania alimentar: pensando a cobertura jornalística da fome à luz da Comunicação e Saúde

Newton Assis¹
Rafael da Silva Paes Henriques²

RESUMO

Este resumo articula uma revisão bibliográfica sobre a questão da fome e da insegurança alimentar no Brasil, em conformidade com as postulações teóricas da interface da Comunicação & Saúde (Araújo; Cardoso, 2007). Revisitando parte do contexto histórico nacional em razão da problemática, resgata-se as contribuições de Castro (1946) sobre as implicações socioculturais que permeiam o tema, na recusa da justificativa climática para a manutenção da miséria no país. Além disso, explora-se princípios para pensar em uma cobertura noticiosa equitativa e horizontalizada sobre o tema, a contar com os fundamentos do Sistema Único de Saúde (SUS). Por fim, destaca-se como os ordenamentos dos sistemas alimentares atuais, voltados ao agronegócio e a lógicas comerciais, não são uma boa resposta para saciar a fome dos indivíduos. Igualmente, é explorada a possibilidade da soberania alimentar (Vradis et al., 2021) oferecer uma melhor alternativa de resolução para tal cenário.

Palavras-chave: Fome; Insegurança Alimentar; Comunicação e Saúde; Jornalismo.

INTRODUÇÃO

Falar de fome e insegurança alimentar (IA) no Brasil implica observar nuances que vão além de perspectivas geográficas ou climáticas, entendendo um histórico de movimentações políticas que serviram, ou não, para a manutenção do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) de milhares de brasileiros. Assim, ao voltar o olhar para a questão alimentar no país é preciso, antes de apreender padrões epidemiológicos e nutricionais, discutir os aspectos socioculturais que circundam tal cenário.

Construindo os primeiros esboços sobre os sistemas alimentares no Brasil, Josué de Castro (1946) inaugurou uma corrente de pensamento inovadora para a época, que coloca a ação política e governamental como a principal responsável pela consumação dos índices de IA nos territórios da América Latina. Logo, o argumento de que existiam regiões fadadas a sofrerem com a miséria naturalmente, como problematiza Santos (2003) mais adiante, é veementemente contestado, demandando uma nova explicação para esse obstáculo.

1Mestrando do Curso de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades da Universidade Federal do Espírito Santo - Ufes, newton.assis@edu.ufes.br.

2Doutor em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Professor do Departamento de Comunicação Social e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades da Universidade Federal do Espírito Santo - Ufes, rafael.henriques@ufes.br

No ver de Castro, as questões da fome e da insegurança alimentar no país estão atreladas progressivamente à concentração de riquezas e às contradições do regime capitalista vigente, como, por exemplo, à falta de reforma agrária nos campos, e ao revisitarmos o histórico de políticas públicas executadas até então é possível conceber que os arranjos governamentais seguiram uma ótica que enquadra o DHAA em uma lógica econômica. Até 1940, a questão alimentar era pensada como um impedimento individual e não como um problema de saúde pública, mudando apenas com a criação do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), que incorporava a alimentação enquanto política social. Porém, tudo muda com o Golpe Militar, em 1964, que inaugura o fundamento da suplementação alimentar, visando não combater à fome, mas sim atenuá-la e trazendo um caráter assistencialista para a discussão (Sipioni et al., 2020).

Do processo de Redemocratização, em 1985, até o início dos anos 2000, o Brasil vivenciou avanços e retrocessos no que diz respeito à questão da privação coletiva de alimentos, com a criação e encerramento de diversos programas de assistência alimentar, em sua maioria guiados por uma ótica neoliberal (Sipioni et al., 2020) e por um movimento individualístico sobre a saúde pública (Castiel; Diaz, 2007). Nesse cenário labiríntico, o que pode-se afirmar é que o combate à fome e à insegurança alimentar no país e a eventual piora dos níveis de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) são consequência de um despreparo político e da naturalização da miséria, realocando a responsabilidade do Estado em manter os indivíduos saudáveis para as mãos dos próprios.

No entanto, todo o esquema apresentado não acontece sem a coalizão de diversas forças e, desde os anos 1940, Castro evidencia que existe uma alçada da mídia tradicional em ocultar a questão alimentar da discussão pública. Em uma predisposta “conspiração de silêncio” (Castro, 1946), o assunto era evitado, pois, segundo o autor, as controvérsias que o cenário de fome expõe revira a própria cultura e seus interesses políticos, econômicos e, sobretudo, morais. Nesse viés, compreender a ação da mídia e, mais especificamente, do jornalismo na construção de conhecimento sobre os fenômenos sociais é imprescindível, visto que os indivíduos, dialeticamente, influenciam e são influenciados pela história (Genro Filho, 1987) e podem transformar a realidade a partir dessa consciência.

Desta forma, ao pensarmos na comunicação envolta nos processos de transformação política sobre a fome é proveitoso localizar a discussão dentro da interface da Comunicação & Saúde (C&S), elaborada por Araújo e Cardoso (2007), que concentra os entendimentos sobre a produção social de sentido nos atores sociais dentro do contexto comunicativo. Mesmo sendo introduzidas numa lógica interdisciplinar, a fome e a IA nada mais são do que questões de saúde

pública e estão intrinsecamente ligadas aos jogos de poder desse campo, tornando as provocações das autoras basilares para discutir o problema alimentar dentro dos meandros do prisma comunicacional.

À vista dos argumentos expostos, o objetivo deste resumo expandido é iniciar uma discussão teórico-conceitual sobre a questão alimentar brasileira em anuência com as concepções da C&S (Araújo; Cardoso, 2007), na tentativa de vislumbrar possibilidades de contravenção para o aperfeiçoamento de uma cobertura jornalística que preze por diretrizes ligadas à manutenção dos Direitos Humanos e ao seu potencial transformador da realidade (Genro Filho, 1987). Para mais, a discussão a seguir irá compor a dissertação em construção do presente autor e possibilitará a verificação de hipóteses e resultados no futuro.

Comunicação & Saúde: perspectivas e possibilidades

Inaugurada por Inesita Araújo e Janine Cardoso (2007), duas pesquisadoras associadas à Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), a Comunicação & Saúde é um campo relativamente novo, tendo sido constituído na década de 1990. Diferente das concepções interdisciplinares entre o campo comunicacional e o da Saúde, essa não é uma perspectiva que observa a comunicação por um viés ferramental, como é feito em correntes de “comunicação em saúde” ou “comunicação para a saúde”. Assim, a opção de nomear ‘Comunicação e Saúde’ é entender as opções teóricas e políticas implicadas nessa relação.

Pensando nos embates acerca da hegemonia de grupos de interesses e de instituições políticas que, por muitas vezes, atuam a mobilizar e contrapor forças, o objetivo das autoras não é só lançar luz sobre as especificidades da interface entre comunicação e saúde, assim como agir sobre os processos sociais de produção de sentido, que afetam ambos os campos.

A comunicação é parte importante dessa luta [na saúde] e a natureza e a qualidade de suas práticas podem contribuir para a transformação das estruturas e relações de poder ou para a sua manutenção (Araújo; Cardoso, 2007, p. 33).

A comunicação adotaria não só fundamentos para execução de coberturas em saúde mais completas, como também cinco princípios primordiais do próprio Sistema Único de Saúde (SUS), respeitados também nas práticas comunicacionais. Portanto, nessa perspectiva, a Comunicação deveria ser direito de todos (Universalidade), respeitando as diferenças e as desigualdades sociais (Equidade), observando as múltiplas dimensões de fala e troca de saber que a circulam (Integralidade), pensando em dar voz a fontes antes não ouvidas em uma

interlocução mais horizontalizada (Descentralização e Hierarquização) e tornando o diálogo mais interativo (Participação), com os sujeitos sendo parte dos processos de produção e circulação dos discursos de saúde (Araújo; Cardoso, 2007).

Logo, quando o assunto retorna à fome e IA, para Salles-Costa (et al., 2022), é essencial também assimilar que os sistemas alimentares, esquematizações que encadeiam todos os processos relacionados à alimentação humana, desde a produção até ao consumo, são na verdade uma grande rede de atores interdependentes, que atuam para satisfazer as necessidades de dada população e, da mesma forma, estão impelidos pelas questões políticas, econômicas, socioculturais e climáticas das distintas regiões, igualmente por modelos hegemônicos e lógicas não sustentáveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente e sucinta revisão bibliográfica nos permite apreender que a questão alimentar no Brasil está sujeita a um esquema muito mais complexo e consequente de ações governamentais, do que simplesmente às condições climáticas da região. O objetivo aqui foi, para além de problematizar tal cenário, ponderar sobre como uma cobertura noticiosa pode não só informar, mas como também educar, e ser reformulada a partir dos princípios doutrinários do SUS e seus parâmetros práticos.

Uma comunicação, seja jornalística ou institucional, que se preze em combater a fome e o cenário de IA no país deve ter como base elementos que forneçam informações imprescindíveis para a população tenha a noção de seus direitos e que, conjuntamente, escute o que esses sujeitos têm a falar sobre uma problemática que os afeta diretamente. Tal qual, é papel dessa mesma comunicação ter a iniciativa de questionar os poderes vigentes para que sejam executadas alternativas e propostas soluções às questões de saúde pública.

Ademais, pensar em novas alternativas aos sistemas alimentares expostos é uma demanda urgente, visto que a lógica dos sistemas agroindustriais não são equitativos e justos (Salles-Costa et al., 2022). De outra forma, torna-se crucial refletirmos se apenas “segurança alimentar” é suficiente e se não seria necessário uma soberania alimentar (Vradis et al., 2021), que preze por condições políticas para que as pessoas alimentem-se com dignidade.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, I. S.; CARDOSO, J. M. **Comunicação e Saúde**. 20a ed. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.

CASTRO, Josué. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 2008.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo**. 2ª impressão. Porto Alegre: Ed. Ortiz, 1989.

SANTOS, Milton. **Saúde e ambiente no processo de desenvolvimento**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2003.

SALLES-COSTA, R. et al. **Sistemas alimentares, fome e insegurança alimentar e nutricional no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2022.

SIPIONI, M. E. et al. Masks cover the face, hunger unmask the rest: covid-19 and the fighting against hunger in brazil. **SciELO Preprints**, 2020. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/660>. Acesso em: 20 aug. 2023.

VRADIS, A. et al. **Favela, resistência e a luta pela Soberania Alimentar**. Rio de Janeiro: Ed. Consequência, 2021.